

Apresentação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da Inspeção-Geral de Finanças

**Seminário
A Prevenção dos Riscos de Corrupção**

Lisboa – Pavilhão Atlântico
22 de Março de 2010

Sumário

1. A prevenção da corrupção

- A prevenção do fenómeno da corrupção
- O instrumento planos de prevenção

2. A prevenção da corrupção e o Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado

- O Sistema de Controlo Interno
- A prevenção da corrupção e o SCI

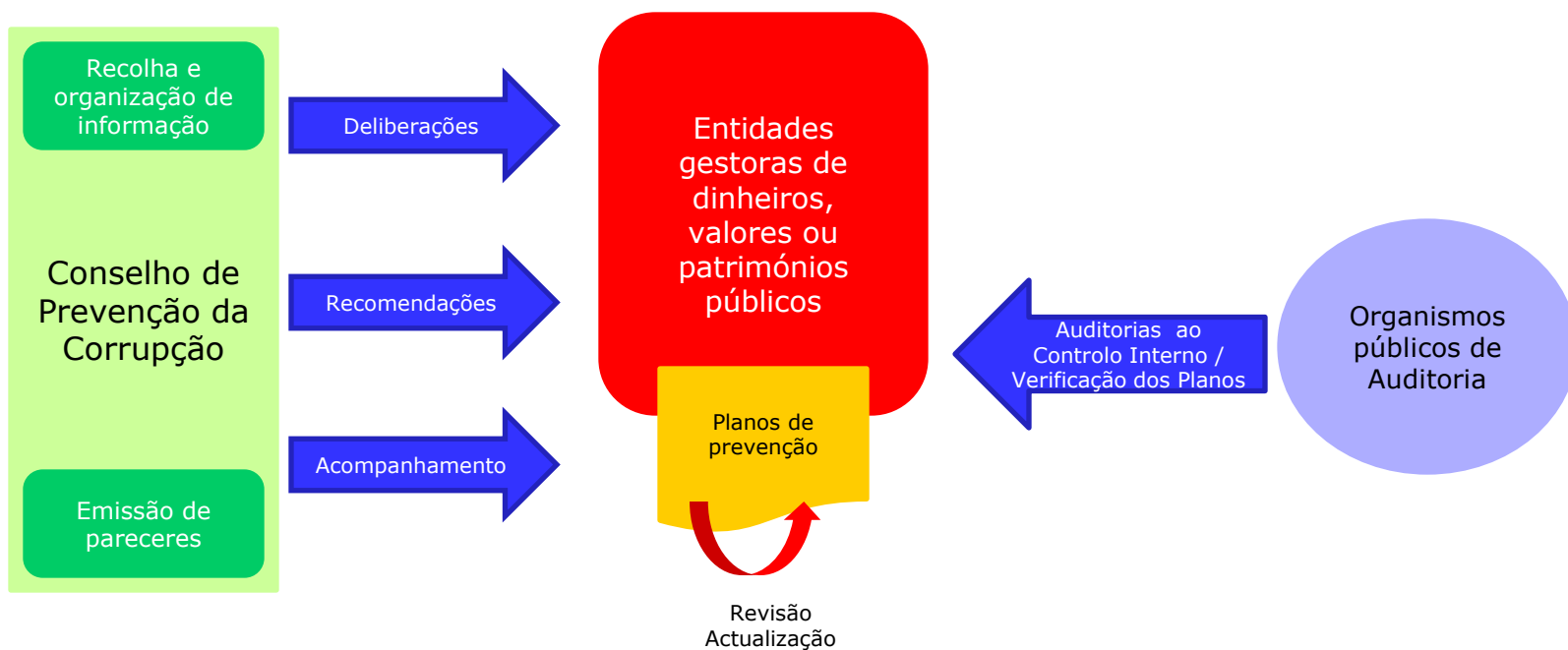
3. O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da Inspeção-Geral de Finanças

- A Inspeção-Geral de Finanças
- Metodologia de elaboração do plano
- Os riscos e as medidas de prevenção

A prevenção do fenómeno da corrupção

- ❑ Impulsionar o exercício activo da cidadania
- ❑ Promover uma cultura de responsabilidade e de probidade
- ❑ Fomentar a adopção de princípios éticos e deontológicos
- ❑ Agilizar e simplificar os procedimentos administrativos no quadro da legalidade
- ❑ Ampliar a transparência da acção pública
- ❑ Aperfeiçoar e robustecer os sistemas de controlo interno das entidades
- ❑ Tratar as situações de conflitos de interesses

O modelo de prevenção



O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas

- ❑ Processo abrangente de divulgação e alerta sobre as questões da corrupção
- ❑ Exercício de auto-avaliação das entidades
- ❑ Elemento chave na internalização do problema da corrupção
- ❑ Guia de actuação e referencial de mudança
- ❑ Instrumento de acompanhamento pelas entidades de controlo
- ❑ Cumprimento de recomendações internacionais (OCDE, GRECO, outros)

O Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCI)

- ❑ DL n.º 166/98, de 25 de Junho

Institui o Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCI)

- ❑ Dec. Reg. n.º 27/99, de 22 de Junho

Estabelece a disciplina operativa do SCI

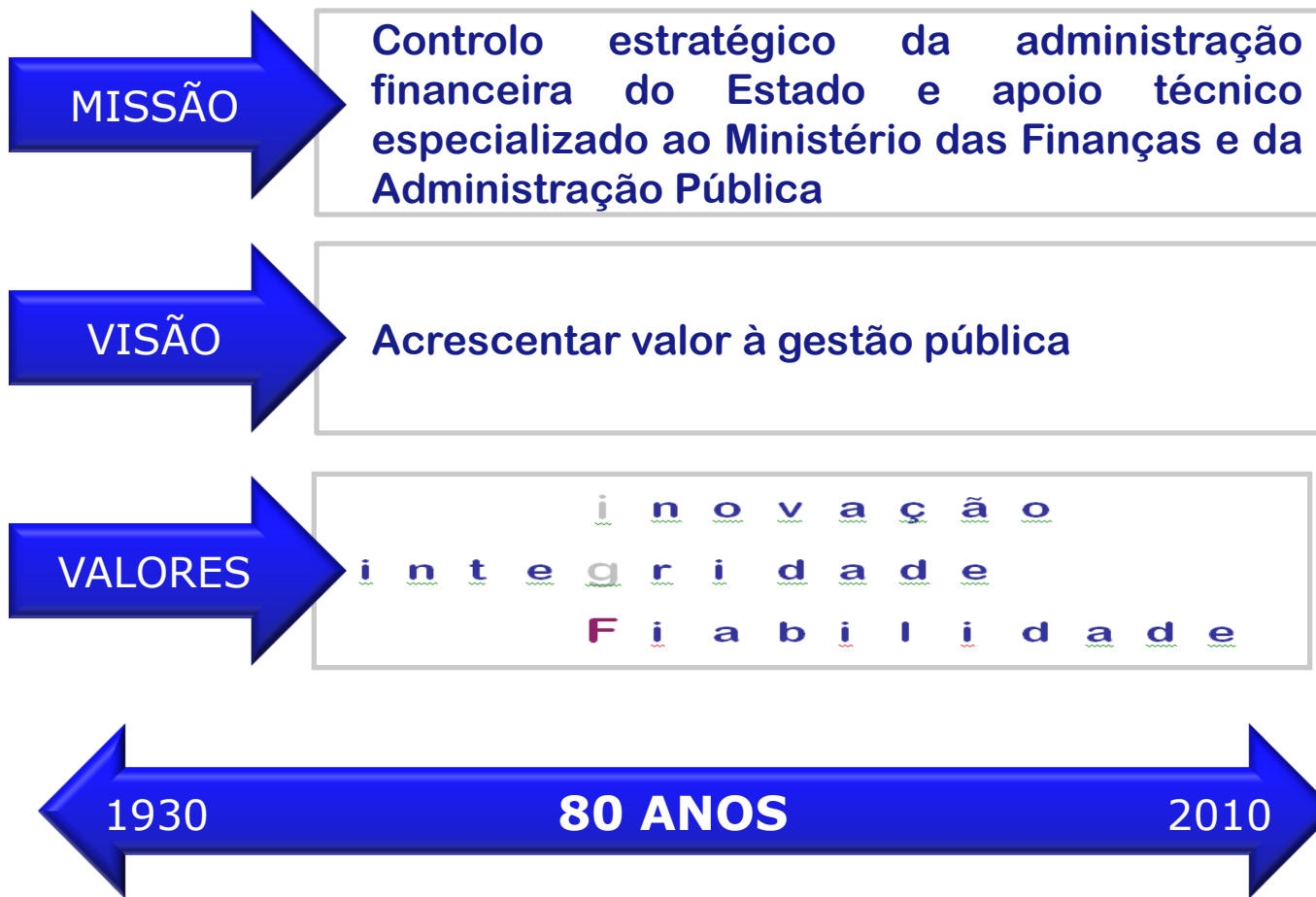
- ❑ Regulamento Interno do Conselho Coordenador

2. A prevenção da corrupção e o Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado

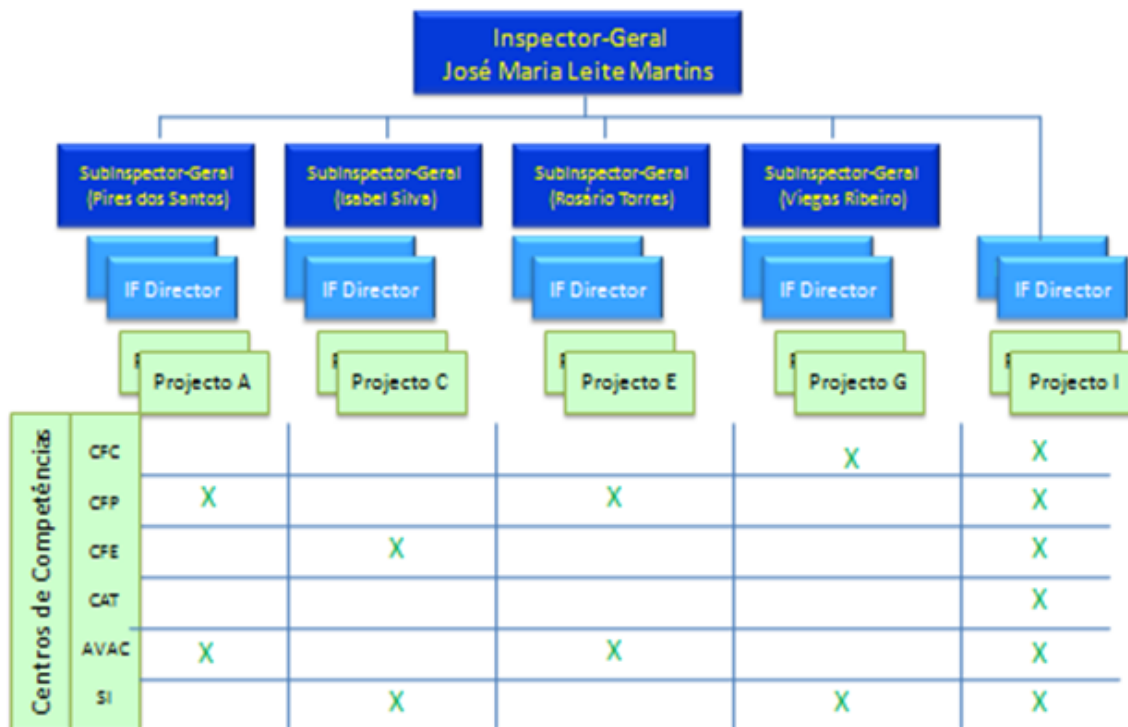
O Sistema de Controlo Interno Prevenção da corrupção

- ❑ Exercício coerente e articulado do controlo no âmbito da Administração Pública
- ❑ Artigo 62º da Lei de Enquadramento Orçamental
- ❑ Acompanhamento da aplicação dos Planos de Prevenção da Corrupção

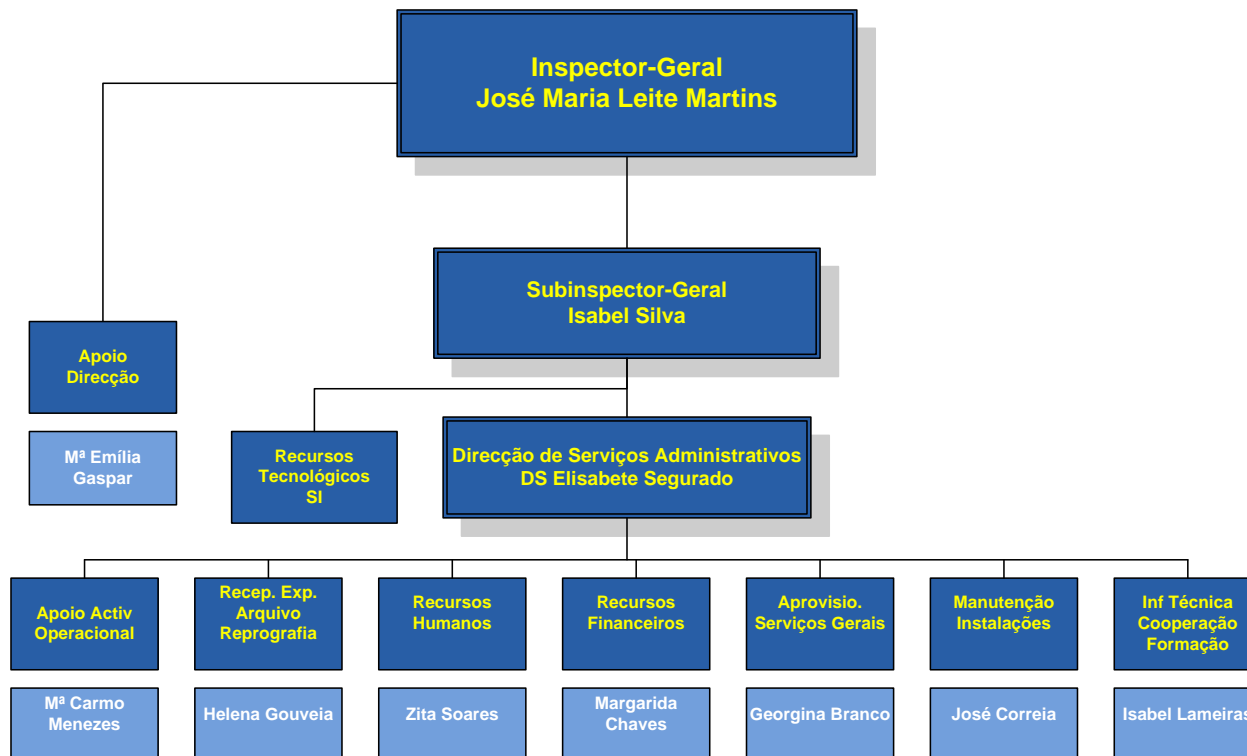
A Inspeção-Geral de Finanças



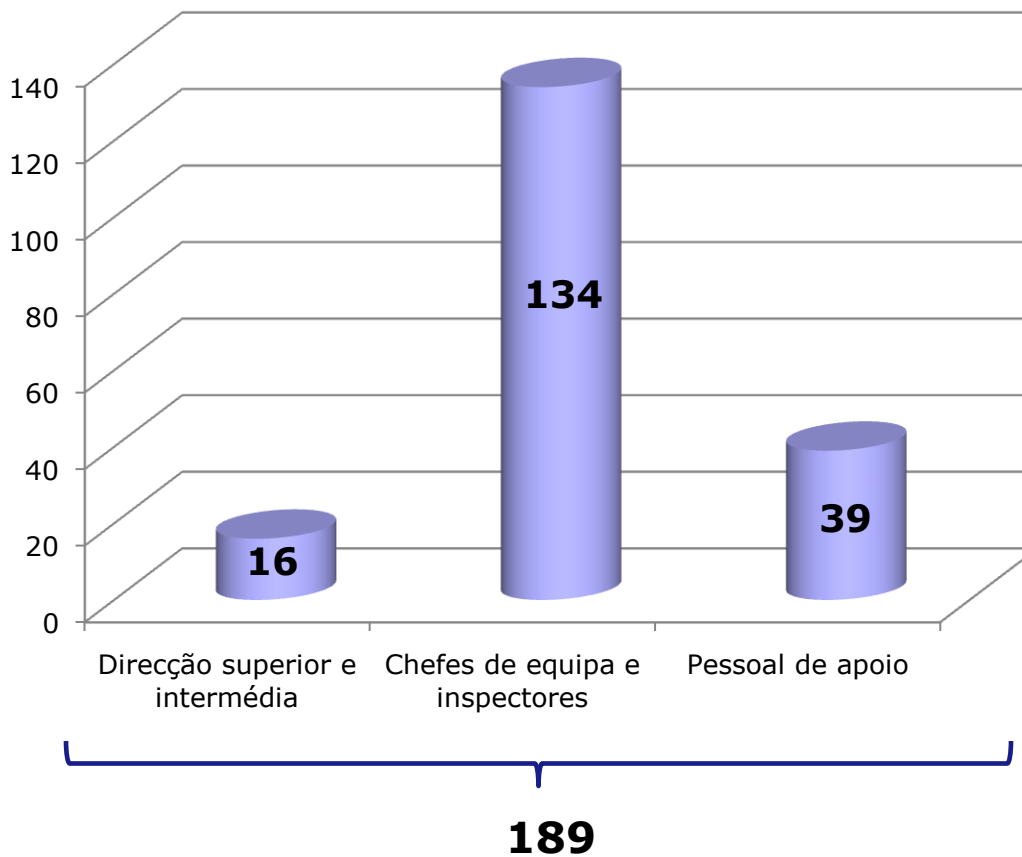
A Inspeção-Geral de Finanças Estrutura Operacional



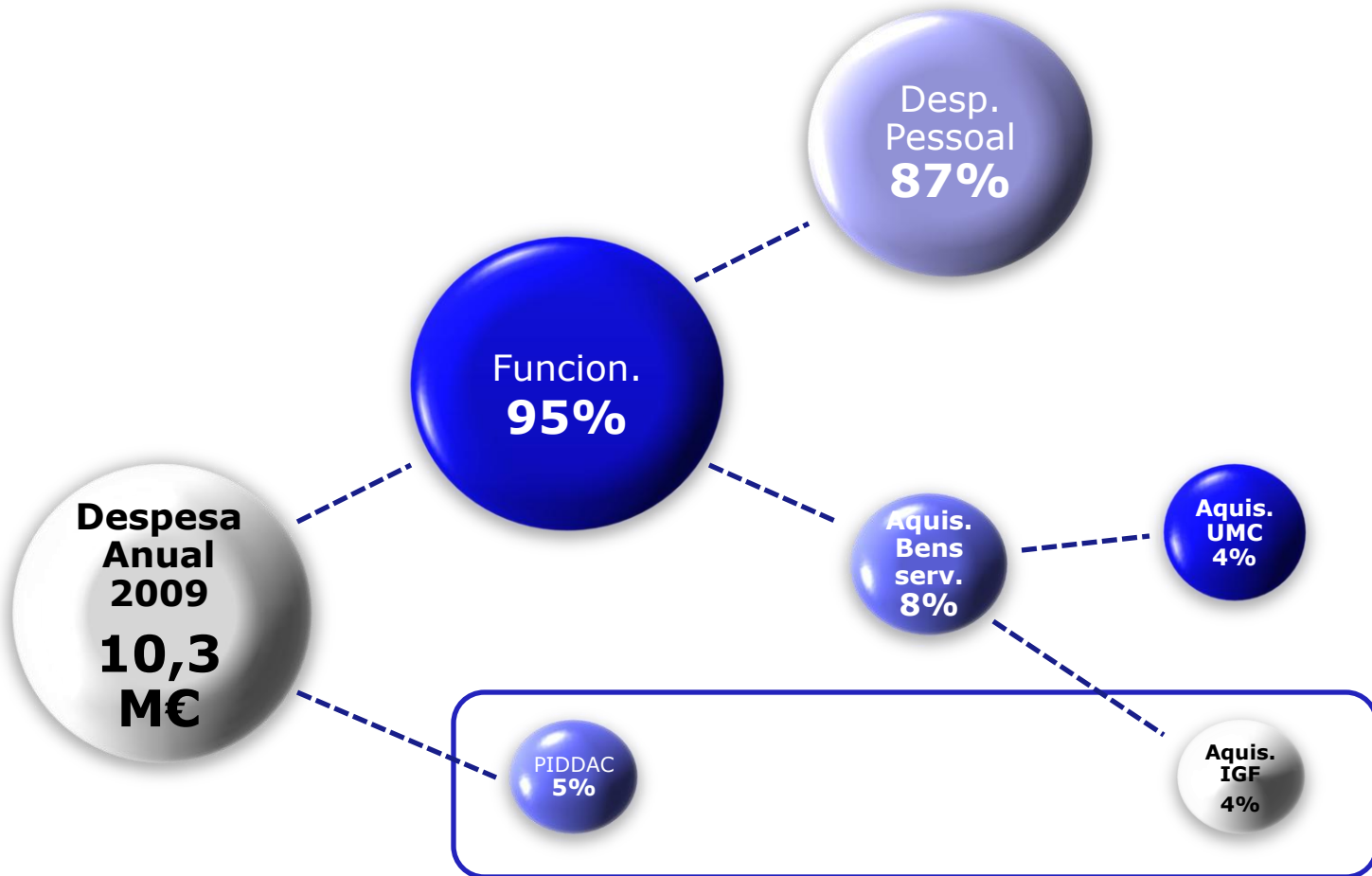
A Inspeção-Geral de Finanças Estrutura de Suporte



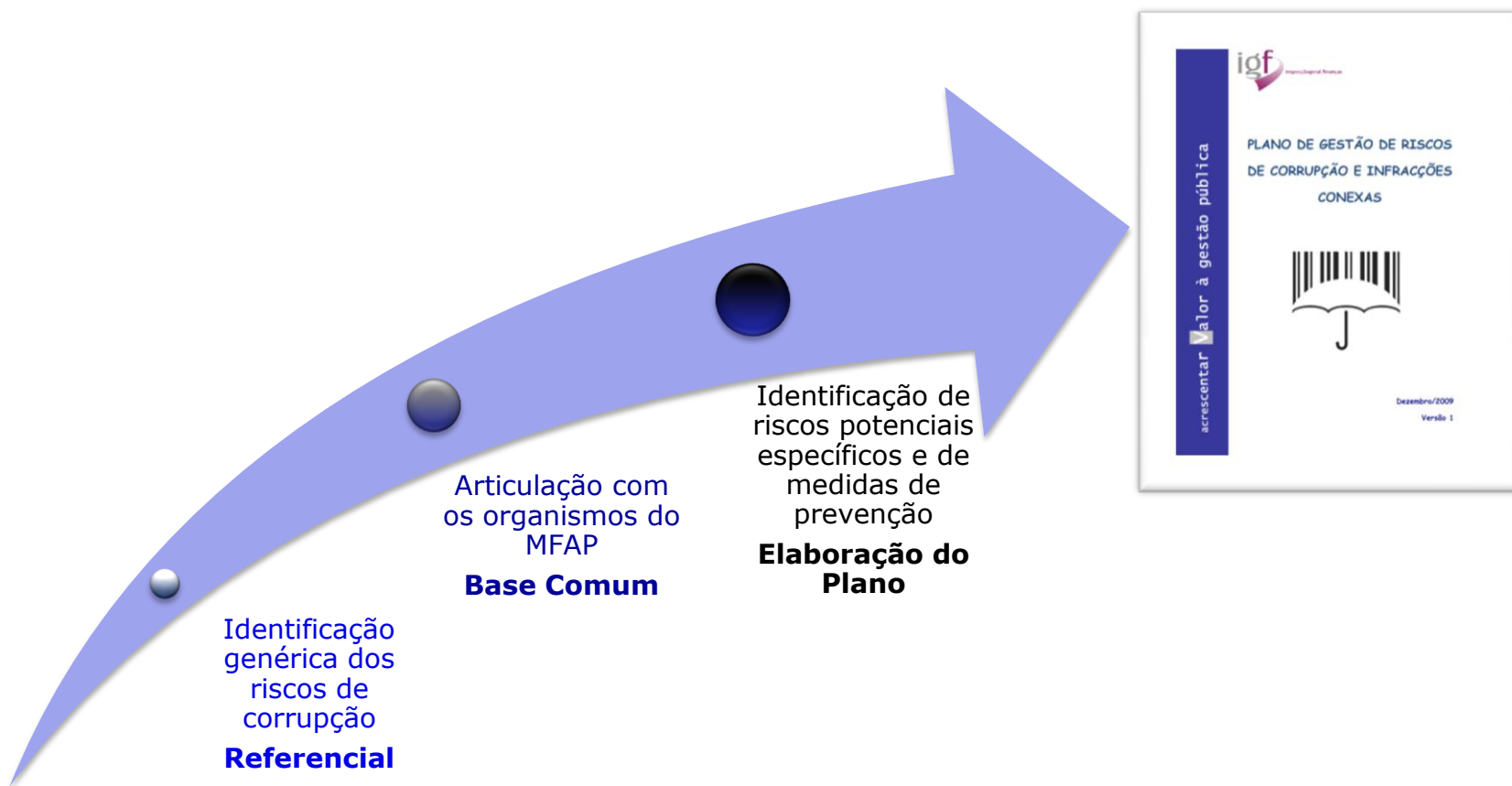
A Inspeção-Geral de Finanças Recursos Humanos



A Inspeção-Geral de Finanças Recursos Financeiros

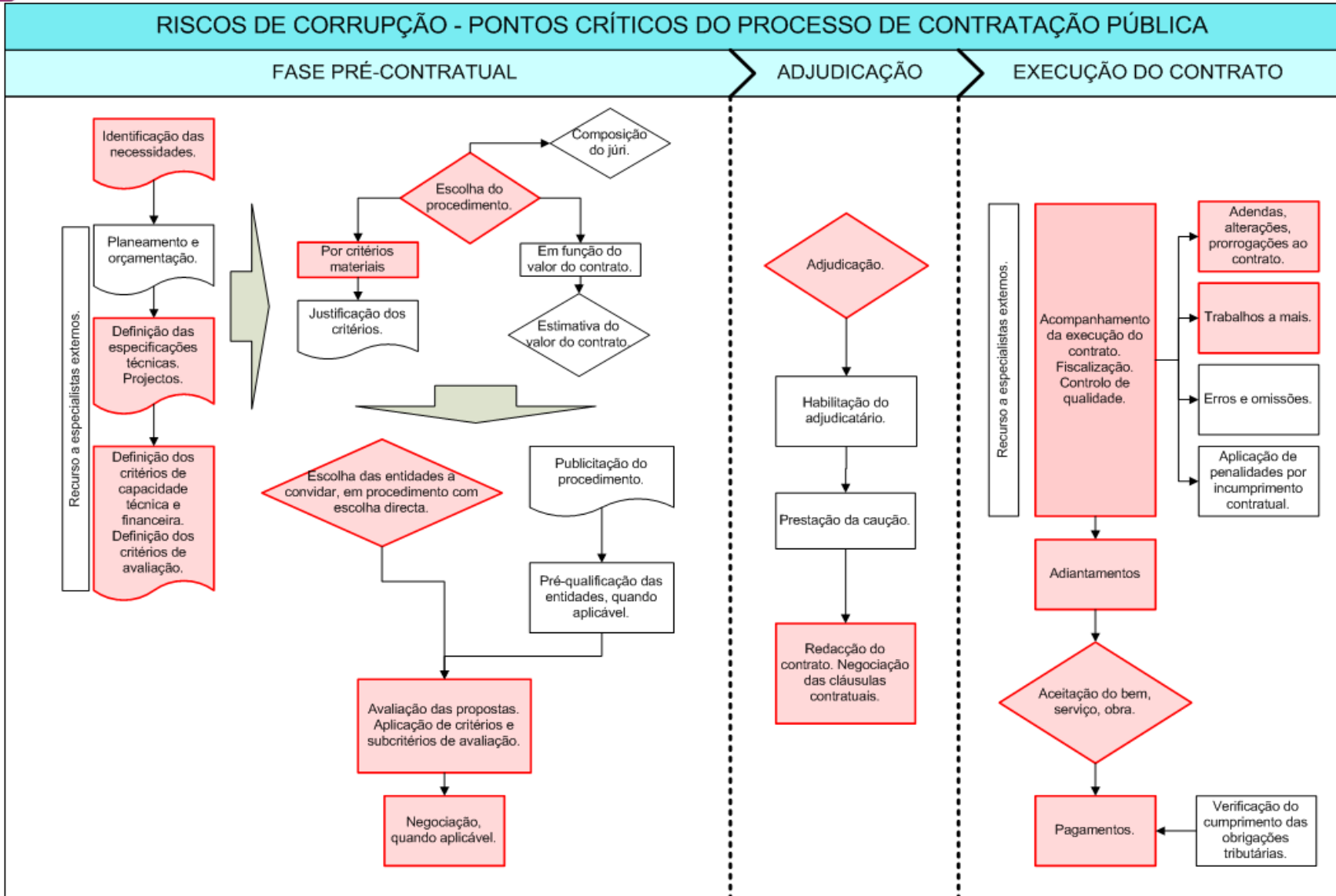


Metodologia de elaboração do Plano



3. O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da Inspeção-Geral de Finanças

acrescentar Valor à gestão pública



Articulação ao nível do MFAP

- ❑ Partilha da lista de riscos genéricos de corrupção identificados e correspondentes medidas de prevenção
- ❑ Estabelecimento de uma metodologia padrão para elaboração do documento
- ❑ Concepção de uma escala de classificação de risco idêntica
- ❑ Consensualização de uma estrutura de relatório comum

Plano da IGF Metodologia interna

- ❑ Entrevistas com os responsáveis
- ❑ Levantamento de circuitos
- ❑ Identificação de áreas de risco e processos relevantes
- ❑ Análise de processos – cartografia e modelização
- ❑ Identificação de riscos e definição de medidas de prevenção

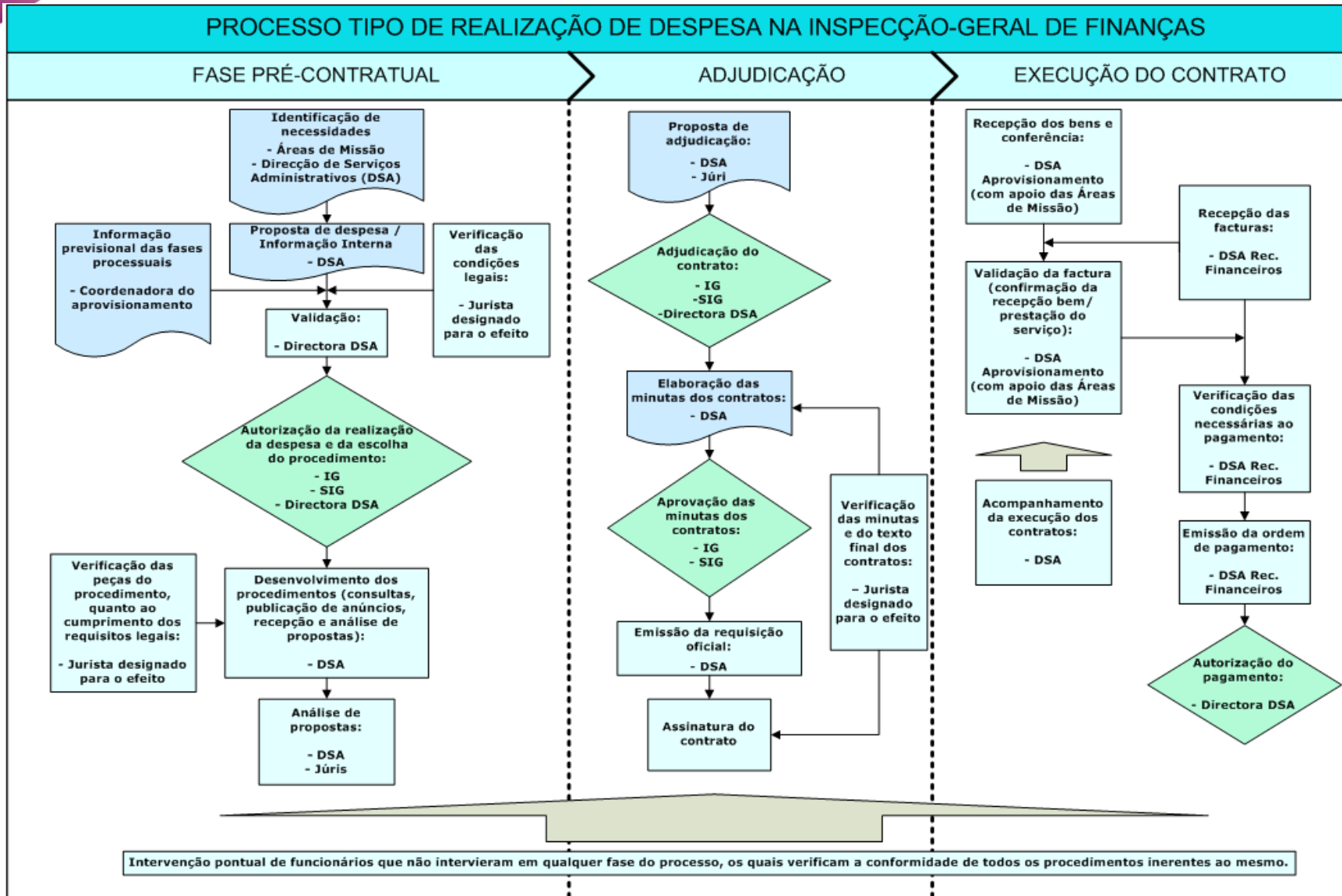
Plano da IGF

Área de risco – Processos relevantes



3. O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da Inspeção-Geral de Finanças

acrescentar Valor à gestão pública



Principais riscos identificados e medidas de prevenção estabelecidas

Riscos

Medidas

O Manual de Políticas e Procedimentos de Gestão da Inspeção-Geral de Finanças, na área da aquisição de bens e serviços, não está actualizado de modo a acomodar as alterações decorrentes da entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos (CCP)

- Concluir a actualização em curso do Manual de Políticas e Procedimentos de Gestão, na área das aquisições de bens e serviços, adaptando-o às normas legais que actualmente regem esta matéria.

Inexistência de um código de conduta aplicável à área de suporte da IGF

- Para além do código de conduta direccionado para a actividade de missão da IGF, estabelecer um código de conduta aplicável às actividades de suporte.

Os mecanismos de controlo interno existentes não garantem ainda uma validação sistemática dos processos aquisitivos, por elementos exteriores ao procedimento, quanto à conformidade das diferentes fases.

- Implementação de um mecanismo abrangente de controlo interno vocacionado para a contratação, que, para além de proceder a uma avaliação final, acompanhe o desenrolar dos procedimentos nas suas diversas fases.

Mecanismos de aplicação, monitorização e revisão

Calendarização

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

Monitorização trimestral

1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim

Identificação de responsáveis



Relatório Anual

Medidas adoptadas	Resultados Obtidos	Evidência

Medidas por adoptar	Nova calendarização

Novos riscos identificados		
Processo	Unidade orgânica	Situação

Mecanismos de aplicação, monitorização e revisão



Obrigado